



Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

THE SOCIOLOGY OF KNOWLEDGE IN THE KNOWLEDGE SOCIETY

Silvana de Souza Moraes ¹
Ieda Pelógia Martins Damianz ²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um histórico da Sociologia do Conhecimento e refletir sobre a construção do conhecimento em um contexto de modernidade líquida permeado pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. Um histórico sobre a concepção da construção do conhecimento foi construído em forma de quadro, assim como uma discussão desta temática baseada na literatura da área da Ciência da Informação é apresentada. Como conclusão tem-se que, apesar de sua enorme variedade, as ferramentas tecnológicas disponíveis não são suficientes para garantir a universalidade de acesso às informações. Verificou-se também que para a efetividade do acesso às informações é fundamental formar indivíduos competentes em informação para que esses sejam capazes, a partir do acesso, seleção e reflexão consciente sobre a informação acessada, construir um conhecimento coletivo, com a interação de indivíduos que possuam diferentes contextos sociais e diferentes ideologias e que, por meio desta interação, tenha seu viés social e ideológico amenizado.

Palavras-Chave: Ferramentas tecnológicas; Modernidade líquida; Competência em Informação.

Abstract: This paper aims to present a history of the Sociology of Knowledge and to reflect on the construction of knowledge in a context of liquid modernity permeated by Information and Communication Technologies. A history about the conception of knowledge construction was built in the form of a table, as well as a discussion of this theme based on the literature of the Information Science area. In conclusion, despite their enormous variety, the available technological tools are not sufficient to guarantee universal access to information. It was also found that for the effectiveness of access to information it is essential to train competent individuals in information so that they are able, from access, selection and conscious reflection on the information accessed, build a collective knowledge, with the interaction of individuals who they have different social contexts and different ideologies and through this interaction have their social and ideological bias mitigated.

Keywords: Technological tools; Liquid modernity; Competence in Information.

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP

² Universidade de São Paulo – USP Ribeirão Preto

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se, como afirmam Berger e Luckmann (1999), que a realidade existe independente de nossa vontade e o conhecimento é a certeza que os fenômenos são reais e possuem características específicas, a Sociologia do Conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade e trata das relações entre pensamento humano e o contexto social dentro do qual surge, buscando compreender a extensão em que o pensamento reflete os fatores determinantes ou é independente deles (BERGER; LUCKMANN, 1999).

A Sociologia do Conhecimento tem com o objetivo estudar as condições sociais que favorecem a produção do saber e a difusão das ideias (BOUDON, 1995), estudar o pensamento concreto dos homens, procurando revelar como tal pensamento funciona na vida pública e política, ou seja, compreende a realidade humana como uma realidade socialmente construída (BERGER; LUCKMANN, 1999). Nas palavras de Rodrigues Júnior (2002), este objetivo é descrito como o de identificar, conhecer, explicar e validar os nexos existentes entre as condições sociais posicionadas historicamente e as produções culturais de atores individuais e coletivos oriundas da interação de conteúdos cognitivos desses atores com a própria realidade coletiva (tipos de instituição, crenças, doutrinas, racionalidades sociais), o que é denominado interatividade ou reflexividade do conhecimento, ou seja, o conhecimento do conhecimento.

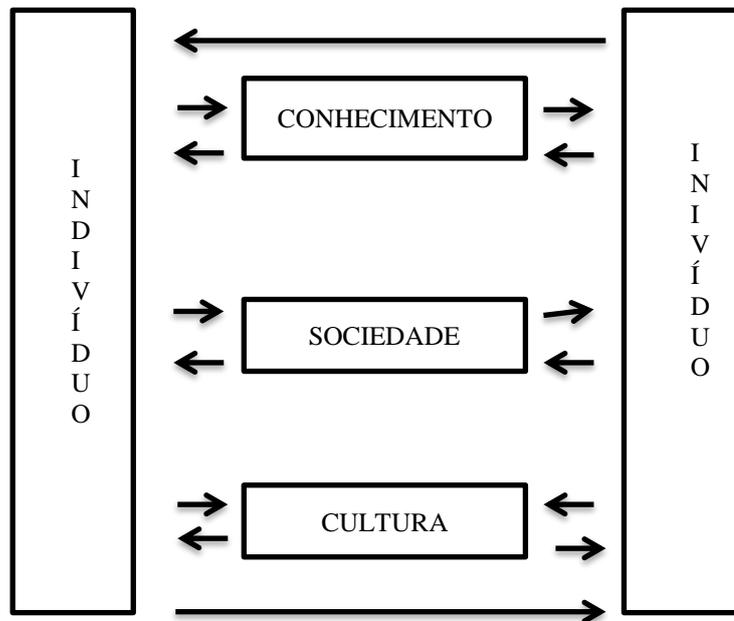
O estudo da Sociologia do Conhecimento possibilita aos cidadãos interessados em desenvolver novos conhecimentos serem instrumentos para um mundo mais justo, sempre respeitando a cultura, a história de cada sociedade, reconhecendo o conhecimento já existente como importante e entendendo-o como construído socialmente.

Para Morin (1989), a Sociologia do Conhecimento deve colocar a si própria as questões das condições culturais, sociais e históricas, das possibilidades de autonomia do conhecimento e as questões de livre crítica, objetividade e racionalidade.

O autor afirma ainda que a cultura e a sociedade estão em relação geradora mútua, com as interações de seus indivíduos que regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura, que regenera as interações entre indivíduos. Nenhum conhecimento está completamente isento de símbolos e mitos, assim, há um tronco comum entre conhecimento, cultura e sociedade, determinado e determinante pelo e da cultura, organização social, história

conhecimento é produto e produtor de uma realidade sociocultural: a cultura gera conhecimento que regenera a cultura.

Figura 1: Relação da construção do conhecimento.



Fonte: Elaborado pelas autoras. Baseado em Morin (1989).

Para Crespi e Fornari (2000), as pessoas produzem conhecimento a partir do conhecimento herdado da sua cultura, bem como de suas finalidades consideradas do ponto de vista coletivo, junto com a informação que recebem da realidade natural, assim, cada indivíduo constrói seu conhecimento influenciado pelo conhecimento dos outros e influencia na construção do conhecimento do outro.

Para a compreensão de que nenhum conhecimento ocorre desvinculado do contexto social que é, em grande parte, vinculado ao contexto histórico, faz-se necessário analisar como o conhecimento tem sido produzido ao longo do tempo, quais suas possíveis interferências históricas e sociais e discutir a construção do conhecimento em um contexto de modernidade líquida e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como mediadoras deste processo, sendo este o objetivo deste artigo.

Para tanto, o trabalho apresenta, além desta seção de introdução, um histórico sobre as concepções da construção do conhecimento ao longo do tempo, faz uma análise da relação

da sociologia do conhecimento na sociedade da informação e do conhecimento, apresenta as considerações finais e as referências utilizadas para a elaboração do trabalho.

2 HISTÓRICO

A Sociologia do Conhecimento e a concepção do processo de construção do conhecimento é fruto da interação entre a cultura e a sociedade, passando, ao longo de sua história, pela influência social de cada época e modificando-se, de acordo com novas ideias e conceitos que foram sendo construídos, possibilitando seu surgimento e sua constante modificação.

Segundo os estudos de e Rodrigues Júnior (2002) e Gusmão (2011), os primeiros esboços da Sociologia do Conhecimento surgem na passagem do Século XIX para o Século XX, quando coexistiam o Positivismo Clássico e Iluminismo enquanto Projeto de Modernidade e o materialismo dialético, de Hegel, entra em crise devido a ascensão da ciência natural.

A Sociologia do Conhecimento, de acordo com os autores supracitados, durante toda a primeira metade do século XX, incluindo os anos 60, teve como características o reconhecimento da existência de conhecimentos particulares oriundos de diferentes contextos sociais, os quais poderiam e deveriam ser analisados pela Sociologia do Conhecimento; a distinção entre os conhecimentos ideológicos (valor) dos considerados conhecimentos científicos; e a pretensão de estabelecer critérios de validação (contexto da justificação) para o conhecimento científico até que seus pressupostos foram enfraquecidos pelas teorias de Kuhn, em sua determinação social do conhecimento.

No início dos anos 70, surge o Programa Forte da Sociologia do Conhecimento Científico, na Universidade de Edimburgo, que foca sua investigação na produção do conhecimento científico, começa agir em torno da ciência como ação e ao redor dos processos de estruturação do conjunto das relações sociais científicas, incluindo as que se desenvolvem na geração e validação dos produtos científicos, ou seja, se inicia o reconhecimento do papel e da influência dos aspectos sociais no processo de geração e validação dos conhecimentos científicos.

A partir daí surgiram pesquisas de campo e teorias que destacavam a existência de fatores de natureza social, condicionantes ou mesmo determinantes não apenas da produção de conhecimento no sentido amplo, mas da lógica da descoberta científica, discordando da

possibilidade de separar descoberta de legitimação social da descoberta, passando a estudar, por um lado, os aspectos estruturais que compreendem as mútuas influências entre fatores sociais e cognitivos, no âmbito das organizações científicas e, por outro lado, questões estritamente atinentes à gênese e à validação do conhecimento científico (RODRIGUES JÚNIOR, 2002).

Na sequência, segundo Espinosa et. al. (1994), passa-se a adotar cinco princípios fundamentais para a Sociologia do Conhecimento Científico, quais sejam:

1. O princípio de naturalização: rechaça a distinção entre o contexto da descoberta e o da justificação, destacando a relevância da pesquisa sociológica na produção do conhecimento científico, uma vez que as variáveis sociais intervêm nos modos de produção e validação desse conhecimento.

2. O princípio do relativismo: não existe nenhum critério universal que garanta a verdade de uma proposição ou a racionalidade de uma crença. Processos de produção, validação e revolução do conhecimento científico são resultados de interações sociais, principalmente entre cientistas e o contexto social.

3. O princípio do construtivismo: o conhecimento científico deve ser considerado como uma representação, não podendo esperar que existam interpretações idênticas acerca dos mesmos fragmentos de evidência, visto a orientação por experiências anteriores provenientes do contexto social, da aprendizagem e da cultura, ou seja, conhecimento e realidade são construções sociais.

4. O princípio de causalidade social: a atividade científica é realizada por grupos sociais concretos, convencionalmente denominados comunidade científica, que estão sujeitos aos mesmos tipos de explicação social que qualquer outra organização social.

5. O princípio da instrumentalidade: o conhecimento científico somente é diferenciado de outro tipo de conhecimento no que se refere a sua função pragmático-instrumental voltada à solução de problemas.

Diversos autores contribuíram para o entendimento da sociologia do conhecimento como campo de conhecimento, destacando suas possibilidades, limitações e, o mais importante, os pressupostos sobre o tema que apresentam a integração com o contexto social dos autores. Abaixo é apresentado um quadro síntese deste pensar sobre o campo e o próprio conhecimento.

Quadro 1: Concepções sobre o processo de construção do conhecimento.

Kant (Séc. XVIII)	Considera o processo cognitivo como atividade criativa do sujeito epistêmico, contrariando correntes nas quais tal sujeito desempenhava um papel puramente passivo e receptivo em face do objeto.
Hegel (1817)	Defende que somente com a utilização de categorias de investigação, não redutíveis à observação direta do fenômeno, mas atomística e fragmentária, será possível uma visão integrada do mundo da cultura
Marx (1858)	As formas de pensamento socialmente condicionadas ou ideológicas, como prefere chamar, constituíam uma falsa consciência, uma imagem distorcida das coisas, objetivamente comprometida com estruturas de dominação econômicas e políticas, não há conhecimento confiável acerca do mundo social, com a determinação social das ideias.
Durkheim (1887)	Critica a clássica visão dicotômica (empirista e racionalista) do conhecimento humano, afirmando que não se pode separar a sociedade do indivíduo, o todo da parte, o complexo do simples. Entende que a sociedade predominaria sobre o indivíduo, uma vez que ela é que imporia a ele o conjunto das normas de conduta social.
Max Weber (1920)	Defende a racionalidade na construção do conhecimento.
Wittgenstein (1921)	Ancora o significado das palavras nas atividades práticas desenvolvidas pelos indivíduos no curso de sua existência, como membros de uma coletividade. Trazendo o conceito de finitismo, ou seja, o uso, o significado da palavra, estabelece-se a partir das funções que esta desempenha na atividade coletiva dos indivíduos, ou seja, a regra e seu significado, tanto na sua aplicação como na sua geração, não podem ser entendidos isoladamente das práticas humanas na qual estão ancorados.
Horkheimer e Adorno (1924)	As características operacionais da racionalidade se deixam captar e serem utilizadas por forças sociais irracionais (capitalismo).
Mannheim (1929)	Destaca a consideração do saber existencialmente condicionado, perspectivista, ligado à ação, do qual os indivíduos sempre se valiam quando precisavam tomar decisões práticas nos contextos da vida coletiva. O saber formal, abstrato, desenraizado, geralmente encontrado nas ciências naturais e exatas, não constitui todo o conhecimento humano possível. Afirma a necessidade de reconhecer o caráter social do conhecer e encarar o pensar individualizado apenas como um momento excepcional.
Merton (1930)	Ressalta que a racionalidade científica, depois da interação com as forças sociais (conhecimento socialmente determinado) se emancipa delas, transcendendo as condições de sua formação (conhecimento possui verdade universal, escapa às suas condições de formação). Defende que a Sociologia do Conhecimento nada poderia dizer a respeito da validação do conhecimento científico.
Thomas Kuhn (1962)	Busca legitimar a relevância de conteúdo social (crenças, valores, consensos), não apenas como mero coadjuvante de caráter cognitivo, mas, em muitos casos, como fator essencial, fundamental para a validade de muitas das descobertas da ciência.
Barry Barnes (1976)	Não apenas os erros, mas também os acertos da investigação científica deveriam ser explicados sociologicamente.
Bloor (1976)	A legitimidade da Sociologia do Conhecimento Científico se dá pela adesão a quatro princípios gerais: causalidade, imparcialidade, simetria e reflexividade.
Knor-Cetina (1981)	O contexto em que se desenvolve o trabalho científico desempenha papel fundamental na produção científica uma vez que os produtos gerados em laboratório, ao invés de serem caracterizados por sua factualidade, rigor científico, são, na verdade, manufaturados de maneira instrumental, assumindo as contingências circunstanciais presentes em seu processo de construção laboratorial.
Habermas (1985)	Destaca como interesses da ciência o interesse técnico (dominação da natureza), o prático (controle da sociedade) e o reflexivo (emancipador) interagindo,

	intercomunicando e intercontaminando. Existe uma dialógica da submissão e da emancipação social, econômica, política, cultural que se joga no meio do conhecimento científico, ou seja, o conhecimento está enraizado num contexto social, cultural, histórico e dele depende.
Latour e Woolgar (1997)	Buscam demonstrar, enfatizando a dimensão da atividade linguística, a artificialidade de muitos dos próprios fenômenos científicos, voltando a atenção para a criação do fenômeno através de sua inscrição, da averbação de textos científicos que se reafirmam e se reproduzem como verdades legitimadas e amparadas permanentemente, não apenas pelo próprio campo científico, mas também por toda a dimensão do contexto social. Ou seja, o conhecimento científico que se tem por verdadeiro é modulado a partir de determinados objetivos e certos interesses inextrincavelmente ligados à ciência.
Bourdieu (2000)	Confinamento sociocultural dos intelectuais, cada um submetido ao seu <i>habitat</i> (determinismo rígido).

Fonte: Desenvolvido pelas autoras. Baseado em Morin (1989); Rodrigues Júnior (2002); Gusmão (2011).

Percebe-se que, ao longo do tempo, diversas concepções e pensamentos foram criados por meio da reflexão da relação entre a construção do conhecimento e o papel da sociedade neste processo. Diferentes pensadores se debruçaram sobre esta questão e, ainda hoje, isso se faz necessário visto o aumento do número de interações sociais do sujeito, sendo estas não exclusivamente presenciais, mas também, com grande intensidade, a interação virtual propiciada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação. Ao mesmo tempo em que este cenário altamente tecnológico se apresenta, questões muito importantes também são desenhadas, como a competência do sujeito, usuário da informação, para fazer bom uso dela, a questão de acessos e não acessos às ferramentas e informações disponíveis e a construção do conhecimento a partir das informações acessadas, sendo que estas informações são também produtos sociais, carregadas de ideologias e valores de seus produtores.

3 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

A consideração e o reconhecimento dos aspectos sociológicos na construção de conhecimento são, hoje, algo inegável. Desta forma, é possível constatar que muitas são as contribuições que a Sociologia do Conhecimento pode trazer à sociedade e à ciência, porém, o mesmo não está isento de problemas, questionamentos e contradições. Estes embates, segundo Rodrigues Júnior (2002), residem na gênese social do conhecimento e na sua validade (científica), visto que se o conhecimento, como afirma a Sociologia do Conhecimento, constitui-se a partir de nexos existentes entre as condições sociais, históricas e as produções culturais de atores individuais e coletivos, logo, diferentes contextos sociais geram diferentes conhecimentos e, conseqüentemente, tais conhecimentos somente terão sua validade

assegurada em determinadas condições sociais. Este raciocínio leva a conceber a existência apenas de conhecimentos particularizados e a considerar que todo o conhecimento estaria inevitavelmente vinculado a uma forma social, o que impossibilitaria a construção de uma verdade única.

Para Longino (2002), a objetividade e a confiabilidade na ciência são garantidas pelo exame coletivo das ideias propostas e não pela experiência individual livre de viés, ou seja, quanto mais pessoas diferentes, com experiências e pontos de vista variados contribuirão para a discussão crítica, mais objetivo será o resultado.

Porém, é necessário cuidar para que estes conhecimentos não sejam construídos por grupo de pessoas com os mesmos ideais, valores e crenças, pertencentes a um mesmo grupo social, pois, assim sendo, mesmo que construído coletivamente, ainda terá e poderá ser acentuado, o viés social e ideológico deste determinado grupo que usará da coletividade para validar um conhecimento construído com forte viés ideológico.

Na nova sociedade da informação e do conhecimento, a Sociologia do Conhecimento ganha desafios ainda maiores, pois, segundo Schmaus (2014), não só as relações pessoais, mas também os meios de comunicação formam o que se passa por conhecimento comum. Na medida em que os meios de comunicação podem ser influenciados por diversos pensamentos de seus idealizadores, estes afetarão o que as pessoas pensam e, desta forma, os conhecimentos por elas produzidos.

Neste sentido, Crespi e Fornari (2000) enfatizam que, atualmente, para o entendimento dos fenômenos da informação e do conhecimento se faz necessário estudar as tecnologias, que, ao mesmo tempo em que facilitam o fazer profissional, tornam mais complexas as relações sociais e levam ao desenvolvimento de um indivíduo homogêneo, alterando as estruturas sociais. Porém, mesmo com tantas tecnologias disponíveis, existe uma contradição: o excesso e a carência por informação, ou seja, alguns sujeitos sofrem pela grande quantidade de informação disseminadas pelas ferramentas tecnológicas, gerando ansiedade, já outros, por não terem acesso à informação, ficam excluídos desse contexto.

Diante de tais desafios, como construir conhecimento a partir das informações, em alguns casos em excesso e em outros em escassez? Como construir conhecimento na sociedade da informação e do conhecimento?

Para Castells (2000), uma das características da sociedade da informação é o fato de considerar a informação como matéria-prima e parte integrante de todas as atividades humanas individuais e coletivas, sendo todas as atividades afetadas diretamente pelas tecnologias que disponibilizam esta informação. Também há predomínio da lógica de redes, característica de todo tipo de relação complexa, da flexibilidade, visto que a tecnologia favorece processos reversíveis, permite modificação por reorganização de componentes e tem alta capacidade de reconfiguração, há crescente convergência de tecnologias, trajetórias de desenvolvimento tecnológico em diversas áreas do saber, tornando-se interligadas e transformando as categorias segundo as quais pensamos os processos.

Autores como Werthein (2000) enxergam a sociedade da informação como ofertante de perspectiva de avanços para a vida individual e coletiva, podendo ampliar o patamar dos conhecimentos gerados e utilizados na sociedade e estimulando-a para uma constante aprendizagem e mudança.

No entanto, autores como Leal (1996), destacam os desafios éticos da sociedade da informação em termos de perda de qualificação, associada à automação e desemprego; perda de comunicação interpessoal e grupal que são e serão transformadas pelas novas tecnologias ou mesmo destruída por elas; perda de privacidade pela invasão do espaço individual, além de efeitos da violência visual e poluição acústica; perda de controle sobre a vida pessoal e o mundo circundante e perda do sentido da identidade, além da geração de profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica.

O autor também destaca os baixos níveis de renda per capita nos países em desenvolvimento, alta taxa de analfabetismo adulto, baixo acesso à educação formal e à tecnologia da informação tanto convencional quanto moderna. Portanto, é necessário ter muita cautela e abandonar a euforia causada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e pelo olhar ingênuo de que estas sejam a solução para a geração de conhecimento.

A construção de conhecimento é um processo complexo que não deve ser banalizado e reduzido somente ao acesso às TCI, embora este acesso possa facilitar e agilizar o processo de construção de conhecimento, visto que disponibiliza, de forma rápida, conteúdos antes restritos a um público muito mais seletivo, seja por questões geográficas, culturais ou

financeiras. No entanto, mesmo aumentando o acesso às informações a um público mais abrangente, as TCI ainda não conseguem atingir a universalidade deste público.

Porém, mesmo que todas as pessoas conseguissem ter acesso à informação por meio das tecnologias existentes, construir conhecimento a partir das informações acessadas é também um processo complexo. Para Carvalho e Kaniski (2000), o fluxo de informação e da transformação dessa informação em conhecimento deve ser atentamente considerado por instituições, pois o progresso da educação, ciência e cultura é fundamentalmente o de compartilhar informação e de criar novos meios de aprendizagem e conhecimento.

Pode-se considerar também que o processo de construção efetiva do conhecimento depende da qualidade e do direcionamento da educação, da ciência e da cultura, o que torna possível concluir que há um círculo, seja ele vicioso, quando não há consciência e investimento para melhoria, não só do acesso à informação, mas da qualidade da informação disponibilizada, investimentos para uma educação emancipadora, para o desenvolvimento da ciência e para a manifestação cultural.

No entanto, é possível que se tenha um círculo virtuoso a partir de investimentos e qualificação da informação, da educação, da cultura e ciência. Neste sentido, retomando a reflexão de Morin (1989), se percebe que a sociedade da informação pode ser também a sociedade da exclusão, caso os países, estados, instituições e indivíduos não se atentem para o que está disponível e o que está acessível, pensando em acessibilidade no sentido não só material, mas no sentido intelectual, quando a informação pode ser não somente acessada materialmente, mas pode ser compreendida e transformada em conhecimento pelo indivíduo.

Neste sentido, é necessário que a educação seja capaz de desenvolver nos indivíduos a competência em informação para que estes realmente tenham a possibilidade de gerar conhecimento, ou seja, que o indivíduo seja capaz de dar sentido à informação acessada. Para Belluzzo (2005), a Competência em Informação (CoInfo) é um processo contínuo de interação, internalização, atitudes e habilidades para compreensão da informação e busca de capacidades para a geração de novos conhecimentos por sua aplicação no cotidiano dos indivíduos e suas comunidades, em diversos contextos e ao longo da vida. É, segundo Del Massa, Damian e Valentim (2018), a capacidade do sujeito usuário de fazer uso da informação de maneira crítica, reflexiva, autônoma e ética nas diversas situações de seu cotidiano.

Outro aspecto a ser considerado e destacado por Sánchez Gamboa (1997) é o fato de que as informações disponibilizadas estão carregadas de estilos de vida, visão de mundo, ideologias, valores e contra valores, sendo direcionados por interesses humanos e as informações que geram dispersão, distração, divertimento e lazer tem sua veiculação e acesso facilitado, o que conduz à formação de uma sociedade de consumidores de informações insignificantes ou de mercadorias, sendo necessário conhecer a intenção contida na informação, os seus objetivos e que se saiba gerir suas necessidades diante das informações que lhe são disponibilizadas.

Já ao se pensar no processo virtuoso da informação, a presença das tecnologias traz um potencial de integração entre usuários e fontes de informação, reforçando o desenvolvimento de cidadãos. Para que isso ocorra, é preciso que se tenha uma sólida base educacional e cultural para não desperdiçar a capacidade e o potencial das tecnologias que permitem não só o acesso à informação, mas, a partir deste acesso, a construção do conhecimento do qual se necessita.

Azevedo e Gasque (2017) ressaltam a importância dos letramentos digital e informacional, considerados processos essenciais na sociedade da aprendizagem. Estes processos estão relacionados a diferentes áreas de conhecimento e decorrem de fatores psicológicos, culturais, sociais, econômicos e, em especial, cognitivos, pesquisados por grupos que realizam trabalhos diversificados, mas complementares. As autoras enfatizam que em tempos líquidos, definidos por Bauman (2007), como a sociedade não mais como estrutura, mas como uma rede que serve como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias, com um volume essencialmente infinito de permutações possíveis, há o enfraquecimento dos vínculos humanos, sendo necessário promover a ampla formação dos sujeitos para que possam construir posicionamentos críticos, conscientes e direcionados ao bem comum.

Neste sentido, se retoma a indicação de Longino (2002) de que a maior objetividade do conhecimento se dará com a construção deste de forma coletiva, portanto, esta conexão necessária e possível na modernidade líquida poderá contribuir para a construção de um conhecimento mais livre de vieses sociais e ideológicos.

No letramento digital e informacional se desenvolvem competências que favorecem novas conexões na sociedade contemporânea, integrando a busca e o uso de informações em diversos contextos e suportes informacionais. Mediante o desenvolvimento de recursos e

estratégias cognitivas para lidar com a informação e tomar decisões, o sujeito amplia os modos de agir no mundo, tornando-se mais criativo e inovador.

Para que isso ocorra é necessário que os indivíduos, por meio da educação, desenvolvam a Competência em Informação, definida pela *American Library Association* (ALA) em 1989 e ampliada em 2015, como um conjunto de habilidades integradas que englobam uma abordagem reflexiva da informação, o entendimento de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos, de modo a participar de maneira ética em comunidades de aprendizagem. A mesma associação estabelece diretrizes de Competência em Informação para a aprendizagem, divididas em três categorias: competência em informação, aprendizagem independente e responsabilidade social:

1. Competência em informação: o indivíduo é competente em informação quando acessa a informação de forma eficiente e efetiva, avalia a informação de forma crítica e competente; usa a informação de forma precisa e criativa.
2. Aprendizagem independente: tem como características saber buscar com persistência a informação relacionada com os seus interesses pessoais, apreciar a literatura e outras formas criativas de expressão da informação; obter excelência na busca de informação e de geração de conhecimento.
3. Responsabilidade social: refere-se ao indivíduo que contribui de modo positivo para a comunidade de aprendizagem e para a sociedade, reconhece a importância da informação para a sociedade democrática; coloca em prática o comportamento ético em relação à informação e à tecnologia da informação; participa efetivamente de grupos para buscar e gerar informação.

O enfrentamento dos desafios apresentados pelo atual contexto social em relação ao conhecimento e a influência deste contexto na construção do conhecimento exige em primeiro lugar, a disponibilização e a possibilidade de acesso às informações por meio das tecnologias de informação e comunicação, sendo este apenas o primeiro passo, seguido pela promoção de uma educação de qualidade que seja capaz de possibilitar o desenvolvimento de indivíduos competentes em informação para que, a partir do acesso, seleção e reflexão sobre esta dada informação possam gerar conhecimento, não totalmente isento e

independente do contexto e interferências sociais, de crenças e valores, visto que isso seria impossível, mas um indivíduo que seja competente para perceber as implicações sociais presentes nas informações acessadas e nos conhecimentos construídos, ou seja, que seja capaz de acessar a informação e construir novos conhecimentos de forma consciente de que estes são fruto do contexto social em que foram produzidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento não ocorre de modo desvinculado do contexto social, pelo contrário, é influenciado por este contexto e também o influencia. Desta forma, ter competências necessárias para acessar uma informação e transformá-la em conhecimento de forma consciente é essencial para que os indivíduos possam contribuir efetivamente para a geração de novos e importantes conhecimentos para a sociedade, intensificando sua interação com ela.

A disponibilização de tecnologias de informação e comunicação, se por um lado aumentam a quantidade das informações disponíveis, mesmo que não de forma igualitária entre países e pessoas, e aumentam a possibilidade de acesso a esta informação, não é capaz e não tem como finalidade, de por si só gerar conhecimento. A informação registrada e institucionalizada, qualificada, validada é o objeto da Ciência da Informação, no entanto, com novas formas de construir e divulgar informação, onde esta pode ser disponibilizada mesmo antes de qualquer validação, ou com uma validação duvidosa, o usuário deve adotar procedimentos para que possa exercer um papel ativo com condições para avaliar o selo de qualidade da informação a qual tem acesso. É necessário, de acordo com Smit (2012), sensibilizar os usuários para a relevância do conceito de qualidade (credibilidade, fidelidade, autenticidade) da informação para que o principal objetivo da Ciência da Informação, a saber, contribuir para a melhoria das condições de vida do homem e da sociedade através do acesso à informação, seja alcançado, pois somente com a capacidade de reflexão sobre a informação acessada é possível gerar conhecimento capaz de alterar a realidade posta.

A tecnologia da informação e comunicação pode auxiliar o processo de disponibilização, acesso, criação e gestão da informação e do conhecimento, e para que isso ocorra, Swan et.al. (1999) afirma que as ferramentas das TICs devem favorecer a criação de uma rede para incentivar o compartilhamento da informação, porém, reconhecendo a

importância e incentivando a interação cara a cara para o compartilhamento de conhecimento tácito e o encorajamento de redes ativas entre comunidades dispersas.

Desta forma, ao retomarmos o questionamento de como construir conhecimento a partir de informações em excesso e em outros casos escassas, algumas ações podem ajudar neste processo, como formar redes por meio das tecnologias de informação e comunicação, mas também formar e fortalecer redes face a face, visando compartilhar conhecimentos, desenvolver competências pessoais e de relacionamento com outras pessoas e com a tecnologia, utilizando-se das informações disponibilizadas para tomar decisões e resolver problemas, com rapidez e menor risco.

O acesso, uso e compartilhamento de conhecimento em redes, permite aos integrantes, desenvolverem-se como líderes de si mesmo e de outros, com capacidade de compreensão de diferentes cenários e conhecimentos, utilização de ferramentas e informações para criar novos conhecimentos, coordenar atividades, flexibilidade para criar relacionamentos, negociar e buscar soluções de problemas complexos. Os usuários da informação, na sociedade da informação e do conhecimento, tem também o papel de propor novas formas de utilização das tecnologias para facilitar, ampliar e buscar a excelência nas relações sociais, propondo caminhos de interação.

São os indivíduos que, de posse da informação, devem ser capazes de analisar tal informação de maneira a perceber os fatores e contextos sociais e culturais a elas relacionados, seja na sua produção, veiculação e disponibilização para que, conscientes destas nuances existentes possam gerar novos conhecimentos com a nítida noção de que estes também são produtos de um contexto social e sofrem, de certa forma, influências deste, mas, a partir de uma construção mais autônoma e competente, possam entender e buscar amenizar as interferências imbricadas na construção do conhecimento.

Para isso é necessário possuir competência em informação para entender a interferência social presente neste processo e a partir daí, compreender as limitações dos conhecimentos e a necessidade de que sua construção se dê de forma coletiva, possibilitando múltiplas visões sobre o fenômeno, atentando-se para o fato de que esta coletividade seja formada não só por diferentes indivíduos, mas por diferentes ideologias o que possibilita uma maior confiabilidade ao conhecimento construído.

REFERÊNCIAS

Association of College and Research Libraries (ALA). **Presidential Committee on Information Literacy: Final Report.** jan. 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential> . Acesso em 25 jun 2019.

Association of College and Research Libraries (ALA). **A Progress Report on Information Literacy: An Update on the American Library Association Presidential Committee on Information Literacy: Final Report.** Março. 1998. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/progressreport>. Acesso em 25 jun 2019.

AZEVEDO, I.C.M. GASQUE, K.C.G.D. Letramento digital e informacional. **TransInformação**, Campinas, v. 29, n. 2, p.163-173, 2017 .

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BELLUZZO, R. C. B. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, p. 27-42, 2005.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOUDON, R. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

CARVALHO, I. C. L.; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. *In: A Sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CRESPI, F.; FORNARI, F. **Introdução à sociologia do conhecimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

DEL MASSA, H. C. O.; DAMIAN, I. P. M.; VALENTIM, M. L. P. Competência em informação no apoio à Gestão do Conhecimento. **Informação & Sociedade: Estudos**, v.28, n.1, p. 257-267, 2018.

EVEDOVE, P. R. D.; FUJITA, M. S. L. **A abordagem Sociológica em Ciência da Informação: um novo olhar investigativo**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

FERREIRA, D. **Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000.

GUSMÃO, L. A Crítica da Epistemologia na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, 2011.

LONGINO, H. **The fate of knowledge**. Princeton, Princeton University Press, 2002.

MORIN, E. **Para uma sociologia do conhecimento**. Sociologia, n.6, 135-146, 1989.

RODRIGUES JÚNIOR, L. Karl Mannheim e os problemas epistemológicos da sociologia do conhecimento: é possível uma solução construtivista? **Episteme**, Porto Alegre, n. 14, p. 115-138, jan./jul. 2002.

SCHMAUS, W. O conceito de posição social na sociologia do Conhecimento. **Tempo Social**, v. 26, n. 2, 2014.

SMIT, J. W. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista Ciência, Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

SPINOSA, E. L.; GARCÍA, J.; ALBERO, C. **La Sociología del Conocimiento y de la Ciencia**. Madrid: Alianza, 1994.

WERTHEIN, J. A. Sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.